

## Módulo 5

Do domicílio:

### Domicílio da Pessoa Natural

**1. Conceito:** Domicílio é a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito. É o local onde ela pratica habitualmente seus atos e negócios jurídicos. É o lugar onde responde por suas obrigações.

Art. 70, CC – Domicílio é o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

**2. Elementos do conceito:** Objetivo = residência. Subjetivo = ânimo definitivo. Domicílio não se confunde com habitação ou moradia (local que a pessoa ocupa esporadicamente, como, por exemplo, a casa de praia).

Assim, uma pessoa pode ter várias residências e um só domicílio. Contudo, a Lei permite a pluralidade de domicílio, bastando que a pessoa tenha várias residências onde alternadamente viva - art. 71, CC.

### 3. Espécies de domicílio

#### a) Voluntário (vontade da pessoa).

O domicílio voluntário pode ser:

a.1. Geral – fixado livremente (art. 70, 71, 72 e 73 e 74, CC). O domicílio geral pode ser escolhido e mudado livremente

a.2. Especial – fixado com base no contrato, denominado contratual ou de eleição - art. 78, CC. Não se admite o foro de eleição nos contratos de adesão, salvo demonstrando-se a inexistência de prejuízo para o aderente.

**b) Necessário (ou Legal)** - É o domicílio determinado pela lei em razão da condição ou situação de determinadas pessoas – art. 76, CC e parágrafo único.

b.1. Domicílio do incapaz – é o do seu representante ou assistente.

b.2. Domicílio do servidor público – o lugar onde exerce permanentemente suas funções (não perde o domicílio voluntário, uma vez que é possível a pluralidade de domicílio)

b.3. Domicílio do Militar – do Exército, onde servir; da Marinha e da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado

b.4. Domicílio do marítimo – o lugar onde o navio estiver matriculado

b.5. Domicílio do preso – o lugar onde se encontra cumprindo sentença

**Importante:** Caso um agente diplomático brasileiro seja citado no estrangeiro e alegue extraterritorialidade sem designar onde tem domicílio, será demandado no

Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde teve o seu domicílio. – art. 77, CC.

O homem vive em sociedade e mantém relações jurídicas com outros homens, sendo que necessita de um lugar onde possa ser oficialmente encontrado, para responder pelas obrigações que assumiu.

Tal lugar é o seu domicílio – lugar certo escolhido voluntariamente ou determinado por lei, onde o homem exerce a sua atividade jurídica.

Se não houvesse domicílio, o direito seria precário, instável.

Domicílio é diferente de residência.

Domicílio é conceito jurídico criado pela lei e através do qual, para efeitos jurídicos, presume estar a pessoa em certo lugar.

Residência é relação de fato entre uma pessoa e um lugar, é o lugar habitado ou onde a pessoa tem o seu centro de ocupações.

Domicílio é residência (“quid facti”) e qualificação legal (“quid juris”). É a residência somada ao ânimo de estabelecer o lugar como centro de sua atividade jurídica.

A noção de domicílio tem relevante importância no direito:

Exemplos: nas ações fundadas em direito pessoal ou real (envolvendo bens móveis) o foro competente é o de domicílio do réu; é no foro de domicílio do falecido que se abre sua sucessão e é neste local que se ajuízam as ações contra o espólio; a lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família (tal regra é básica no Direito Internacional privado); o foro do último domicílio do ausente é o competente para as ações em que for réu, e para inventário de seus bens; o foro do domicílio do representante é o competente para as ações contra o incapaz; no domicílio dos nubentes devem ser publicados os editais (proclamas) do casamento; o foro do pagamento no direito obrigacional é o domicílio do devedor (se as partes não convencionarem diferentemente); o eleitor vota no seu domicílio.

Domicílio da pessoa natural:

Art. 70, CC – é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Obs.: a pessoa natural que não tem residência habitual ou emprega a vida em viagens, sem ponto central de negócios, é o lugar onde for encontrada.

Ex.: Comerciantes ambulantes e empresários de espetáculos públicos podem ter sua falência decretada pelo juiz do lugar onde sejam encontrados.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Pluralidade de domicílio:

O Cód. Civil admite tal ideia, conforme art. 71: Se a pessoa natural tiver diversas residências onde viva, alternadamente, ou vários centros de ocupações habituais, considerar-se-á domicílio seu qualquer destes ou daquelas.

Em uma ação, se o réu tem mais de uma residência, pode ser acionado em qualquer uma delas.

Obs.: se houver vários réus, com diferentes domicílios, pode o autor demandá-los no foro de um deles, à sua escolha.

Mudança de domicílio:

Envolve a transferência (material) do lugar (a deslocação) e a intenção (vontade) manifesta de mudar (elemento psicológico).

A prova da intenção resulta do fato de ser tal propósito declarado, pela pessoa que se muda, à municipalidade de onde se retira e àquela para onde se transfere.

Como na prática isso raramente ocorre, a prova da intenção ou são as circunstâncias, o comportamento do indivíduo, que revela a sua intenção de fixar novo centro de suas atividades.

Depois de ajuizada a ação, a mudança de domicílio não influencia a competência de foro.

Obs.: Foro de eleição - nos contratos escritos, as partes podem estabelecer o domicílio onde se exercem e cumprem direitos e obrigações resultantes do pacto.

A competência em razão da matéria e da hierarquia não podem ser alteradas por vontade das partes, mas em razão do valor e do território podem.

Obs.: ação que trata de direito real sobre bem imóvel – o foro competente é o da situação da coisa. O autor só pode optar pelo foro de domicílio ou de eleição se não recair o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

Domicílio da pessoa jurídica de direito público:

I. União: Distrito Federal

II. Estados: as capitais.

III. Município: lugar onde funcione a administração municipal.

IV. Demais pessoas jurídicas: o lugar onde funcionarem as diretorias e as administrações, ou onde elegerem domicílio especial nos seus estatutos ou atos constitutivos.

Obs.: quando a causa envolver a União, sendo esta autora, ré ou interveniente, o foro competente é o da Capital do Estado ou do Território.

Art. 109, CF/88: juízes federais julgam causas contra União no foro de domicílio da outra parte (§1º, art. 109).

Se não fosse assim, o indivíduo teria de ir até o Distrito Federal ajuizar ação (se fosse autor) ou produzir provas (se fosse réu).

Art. 109, §2º, CF/88: o indivíduo que for acionar a União pode optar entre:

1. domicílio do autor;
2. lugar onde ocorreu o ato ou fato que deu origem à demanda;

3. lugar onde se situa a coisa;

4. Distrito Federal.

Domicílio da pessoa jurídica de direito privado:

É o lugar onde funcionem as diretorias e administrações, quando não houver eleição de foro diverso nos estatutos.

No registro é necessário dizer onde é a sede – Lei 6.015, de 31/12/73 – art. 120, I. Se a declaração do domicílio não figurar no ato constitutivo, será o lugar em que a sociedade ou associação for administrada.

Se a pessoa jurídica tem vários “estabelecimentos” em diferentes lugares, pode ser processada em qualquer um deles, ainda que tenha sede escolhida em seus estatutos, pois cada um será domicílio para os atos nele praticados, para que seus contendores tenham maior facilidade.

A jurisprudência discute o conceito de “estabelecimento” – alguns entendem que para ser estabelecimento deva ter autonomia. Ex.: se só houver uma máquina, sem setor de administração, não tem autonomia e não é estabelecimento. Outros exemplos que não são “estabelecimentos”: armazém, estação de estrada de ferro.

Como a facilidade de foro é para quem litiga com a pessoa jurídica, tal litigante pode renunciar ao seu conforto e ajuizar a ação na sede do estabelecimento principal.

Sociedade sem personalidade jurídica: pode ser acionada onde exerce a sua atividade principal.

Domicílio da pessoa jurídica estrangeira:

São domiciliadas, no tocante às obrigações contraídas por cada uma de suas agências, no lugar do estabelecimento sito no Brasil, a que ela corresponder.

A regra é para proteger indivíduos que negociam com tais entes, e que não precisarão ir ao exterior para acioná-los, só porque no exterior se encontra a sua administração.

Para as ações em que for ré, reputa-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que aqui tiver agência, filial ou sucursal.

### **Exercício 1:**

Considere as proposições abaixo, quanto ao conceito de domicílio da pessoa natural, e assinale a alternativa correta:

I- O espaço físico no qual o indivíduo presume-se presente.

II- Local onde responde por seus atos e negócios jurídicos.

III- Local onde estabelece o seu domicílio ou a sua moradia.

IV- Importante para todos os ramos do Direito.

A)

Todas as proposições estão corretas.

B)

Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.

C)

Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.

D)

Apenas a proposição IV está correta.

E)

Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

### **Exercício 2:**

Quanto ao domicílio das pessoas relativamente incapazes, é correto afirmar:

A)

É o local onde forem encontrados.

B)

É o domicílio do seu assistente.

C)

É o domicílio daquele que os representa para os atos da vida civil.

D)

É o domicílio de seu pai ou de seu curador.

E)

Todas as alternativas estão corretas.

**Exercício 3:**

A legislação pátria:

A)

Admite a pluralidade de domicílios.

B)

Admite a pluralidade de domicílios desde que sejam domicílios necessários.

C)

Admite a existência de apenas dois domicílios: um legal e outro voluntário.

D)

Admite a existência de apenas dois domicílios: um legal e outro de eleição.

E)

Admite a pluralidade de domicílios desde que não excedam o número de três domicílios.

**Exercício 4:**

Assinale quanto ao domicílio a alternativa incorreta:

A)

O domicílio voluntário é aquele escolhido livremente pelo indivíduo.

B)

O domicílio voluntário também pode ser enquadrado como domicílio legal.

C)

O domicílio de eleição é estabelecido de acordo com os interesses das partes em um contrato.

D)

O domicílio voluntário pode ser alterado.

E)

O militar tem domicílio necessário.

### **Exercício 5:**

É correto afirmar que:

A)

A habitação e o domicílio de um indivíduo são conceitos idênticos.

B)

A habitação é uma relação de fato e de direito.

C)

Se uma pessoa não tiver residência habitual, seu domicílio será o lugar onde for encontrada.

D)

O domicílio voluntário nem sempre envolve o ânimo de permanecer definitivamente em certo lugar.

E)

Todas as alternativas estão corretas.

### **Exercício 6:**

O indivíduo que for acionar a União não pode optar pelo:

A)

domicílio do autor;

B)

lugar onde ocorreu o ato ou fato que deu origem à demanda;

C)

lugar onde se situa a coisa;

D)

Município de preferência do autor;

E)

Distrito Federal.

### **Exercício 7:**

O domicílio da pessoa jurídica estrangeira, no tocante às obrigações contraídas por cada uma de suas agências, é:

A)

O lugar do estabelecimento situado no Brasil, a que ela corresponder.

B)

O Distrito Federal.

C)

O lugar no exterior indicado em seu contrato social.

D)

O lugar escolhido pela pessoa jurídica, em qualquer país.

E)

Nenhuma das anteriores.

### **Exercício 8:**



**A pluralidade de domicílio:**

A)

É admitida somente para domicílios voluntários.

B)

Não pode ocorrer na hipótese de servidor público.

C)

Não ocorre quando há somente um domicílio e várias residências.

D)

Ocorre sempre que há mais de uma residência, ainda que o ânimo definitivo seja em relação a somente uma dessas residências.

E)

Nenhuma das anteriores.

**Exercício 9:**

O domicílio do servidor público é:

A)

O lugar onde exerce permanentemente suas funções, mas não perde o domicílio voluntário, uma vez que é possível a pluralidade de domicílio.

B)

O lugar onde exerce permanentemente as suas funções, perdendo o seu domicílio voluntário.

C)

Somente o lugar onde fixou a sua residência, com ânimo definitivo.

D)

O lugar onde cumpre pena privativa de liberdade.

E)

Nenhuma das anteriores.

### **Exercício 10:**

Quanto ao domicílio da pessoa jurídica de direito público, não é correto afirmar que:

A)

O domicílio da União é o Distrito Federal.

B)

Os Estados são domiciliados nas capitais.

C)

As autarquias são domiciliadas no Distrito Federal.

D)

Os Municípios são domiciliados no lugar onde funcione a administração municipal.

E)

As demais pessoas jurídicas têm como domicílio o lugar onde funcionarem as diretorias e as administrações, ou onde elegerem domicílio especial nos seus estatutos ou atos constitutivos.

### **Exercício 11:**

Considere as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. O domicílio da pessoa jurídica de direito privado é o lugar onde funcionem as diretorias e administrações, quando não houver eleição de foro diverso nos estatutos.

II. No registro da pessoa jurídica de direito privado é necessário dizer onde é a sede.

III. Se a declaração do domicílio da pessoa jurídica de direito privado não figurar no ato constitutivo, será o lugar em que a sociedade ou associação for

administrada.

IV. Se a pessoa jurídica tem vários “estabelecimentos” em diferentes lugares, pode ser processada somente na sede escolhida em seus estatutos.

A)

Todas as proposições são corretas.

B)

Somente I e II são corretas.

C)

Somente III e IV são corretas.

D)

Somente I, III e IV são corretas.

E)

Somente I, II e III são corretas.

### **Exercício 12:**

Assinale a alternativa correta:

A)

Se a pessoa jurídica tem vários “estabelecimentos” em diferentes lugares, pode ser processada em qualquer um deles, ainda que tenha sede escolhida em seus estatutos.

B)

A pessoa jurídica com vários “estabelecimentos” em diferentes lugares somente pode ser processada na sede escolhida em seus estatutos.

C)

A pessoa jurídica somente pode ter um estabelecimento, para que seus contadores tenham maior facilidade.

D)

A pessoa jurídica não pode indicar o domicílio em seus estatutos, pois será sempre processada no foro de domicílio da parte contrária.

E)

Nenhuma das anteriores.